



**Autor**  
Luiz Fux

# **JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL II**

## **Cidadania e Direitos Fundamentais**

**Área específica**  
Direito Constitucional.

Este livro apresenta os mais diversos temas de destaque apreciados pelo Min. Luiz Fux ao longo dos últimos anos no Supremo Tribunal Federal. As densas premissas teóricas lançadas em seus votos são analisadas por professores e estudiosos do Direito, que contextualizam sua relevância nos planos teórico e prático. Trata-se, assim, de obra acadêmica que sintetiza algumas das principais polêmicas decididas pelo STF no passado recente.

**Áreas afins**  
Filosofia, Economia e Sociologia.

**Público-alvo/consumidores**  
Estudantes de concurso público, acadêmicos do direito e advogados.

**FORMATO:** 17,0 X 24,0 cm  
**CÓDIGO:** 10001109

F997j

Fux, Luiz

Jurisdição Constitucional II: cidadania e direitos fundamentais / Luiz Fux.  
Coordenação Valter Shuenquener Araujo. – Belo Horizonte: Fórum, 2017.

316 p.

ISBN: 978-85-450-0216-1

1. Direito Constitucional. 2. Jurisdição Constitucional. I. Araujo, Valter Shuenquener de. II. Título.

CDD 341.27

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FUX, Luiz. Jurisdição Constitucional II: cidadania e direitos fundamentais. Coordenação Valter Shuenquener de Araujo. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 316 p. ISBN 978-85-450-0216-1.

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NA EXPERIÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA CAMINHADA DEMOCRÁTICA, INDEPENDENTE E CORAJOSA

**LUIZ FUX** ..... 11

### CAPÍTULO 1

O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A SALVAGUARDA DAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS: PARA ALÉM DA DICOTOMIA SUBSTANCIALISMO E PROCEDIMENTALISMO

**LUIZ FUX** ..... 17

1.1 Considerações preliminares..... 17

1.2 Definindo o papel da jurisdição constitucional na democracia: substancialismo, procedimentalismo e constitucionalismo popular ..... 18

1.2.1 As concepções substancialistas..... 19

1.2.2 As concepções procedimentalistas..... 23

1.2.3 O constitucionalismo popular ..... 25

1.3 O caso: Rcl nº 15.887/DF ..... 27

1.4 Conclusões..... 30

### CAPÍTULO 2

RCL Nº 5.698 – AGR-ED-ED: FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA AÇÕES ORIUNDAS DE RELAÇÕES DE TRABALHO QUE ENVOLVAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**ABHNER YOUSSEF MOTA ARABI**..... 33

2.1 Contextualização do caso ..... 33

2.2 *Quaestio iuris* debatida..... 33

### CAPÍTULO 3

#### ARE Nº 664.335 – REPERCUSSÃO GERAL: USO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL PARA FINS DE APOSENTADORIA

<b>ABHNER YOUSSEF MOTA ARABI</b> .....	43
3.1 Contextualização do caso .....	43
3.2 <i>Quaestio iuris</i> debatida.....	44

### CAPÍTULO 4

#### A INCONSTITUCIONALIDADE DO MODELO NORMATIVO DE DOAÇÕES EMPRESARIAIS PARA AS CAMPANHAS ELEITORAIS COMO IMPERATIVO DOS CÂNONES DEMOCRÁTICOS E O REPÚDIO À *PLUTOCRATIZAÇÃO* DO PROCESSO POLÍTICO

<b>CARLOS EDUARDO FRAZÃO</b> .....	65
4.1 Considerações preliminares: a necessidade de uma reforma política no país .....	71
4.2 Delimitando a controvérsia: o modelo normativo de financiamento de campanhas eleitorais vigente à época do julgamento .....	72
4.3 Premissas teóricas: breves reflexões sobre os limites e as possibilidades da jurisdição constitucional em matéria de reforma política .....	73
4.4 A inconstitucionalidade do arcabouço normativo vigente de doações empresariais como imperativo constitucional democrático: necessidade de evitar a <i>plutocratização</i> do processo político .....	79
4.5 Considerações finais.....	84

### CAPÍTULO 5

#### REVERSÕES LEGISLATIVAS À JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA ELEITORAL: DIREITO DE ANTENA E FUNDO PARTIDÁRIO II E A TEORIA DOS DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS

<b>CARLOS EDUARDO FRAZÃO</b> .....	87
5.1 Delimitando a controvérsia: o direito de antena e Fundo Partidário I (ADIs nº 4.430/DF e 4.795/DF), a superação frontal do precedente (Lei nº 12.578/2013) e a ADI nº 5.105/DF.....	91
5.2 Breves reflexões acerca dos limites e possibilidades de superação legislativa dos precedentes do Supremo Tribunal Federal: a teoria dos diálogos institucionais.....	92
5.3 A inconstitucionalidade da reação legislativa. Ausência de justificação idônea a amparar a reversão jurisprudencial .....	102
5.4 Necessidade de postura particularista da Suprema Corte na defesa dos pressupostos democráticos.....	105
5.5 Considerações finais: os limites às reversões legislativas.....	108

### CAPÍTULO 6

#### ADPF Nº 347/DF – “ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL” E SISTEMA PENITENCIÁRIO: CRITÉRIOS (NORMATIVOS E INSTITUCIONAIS) E A PROTEÇÃO JUDICIAL EFETIVA EM SEDE DE ADPF

<b>DANIEL AUGUSTO DINIZ VILA-NOVA</b> .....	111
6.1 Contextualização .....	111
6.2 Temas constitucionais debatidos.....	112
6.3 Temas constitucionais debatidos.....	112

### CAPÍTULO 7

#### ADPF Nº 378/DF – RITO PROCEDIMENTAL DE APRECIÇÃO DO *IMPEACHMENT* (CASO DILMA ROUSSEFF): COMPETÊNCIAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO DA REPÚBLICA

<b>DANIEL AUGUSTO DINIZ VILA-NOVA</b> .....	119
7.1 Contextualização .....	119
7.2 Temas constitucionais debatidos.....	120

7.3	Destaques do voto do Ministro Luiz Fux.....	121
-----	---------------------------------------------	-----

## CAPÍTULO 8

RE Nº 586.224 – SÃO PAULO – LIMITES DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO AMBIENTAL – O CASO DA LEI MUNICIPAL

Nº 1.952/1995, DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA, QUE PROÍBE A QUEIMA DE PALHA DE CANA-DE-AÇÚCAR E O USO DE FOGO EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS

**IRAPUÃ SANTANA DO NASCIMENTO DA SILVA,**

**JOÃO MOREIRA PESSOA DE AZAMBUJA**.....131

8.1 Contextualização do caso .....131

8.2 Questões constitucionais debatidas e contribuições do Ministro Luiz Fux.....132

## CAPÍTULO 9

O *HABEAS DATA* COMO GARANTIA CONSTITUCIONAL ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO DOS DADOS CONCERNENTES AO PAGAMENTO DE TRIBUTOS

DO PRÓPRIO CONTRIBUINTE CONSTANTES DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE APOIO À ARRECADAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DOS ENTES ESTATAIS (RE Nº 673.707)

**MARCUS LÍVIO GOMES, RAQUEL DE ANDRADE VIEIRA ALVES**.....149

9.1 Introdução .....149

9.2 O *habeas data* como garantia constitucional do contribuinte .....150

9.3 Conclusão .....157

## CAPÍTULO 10

ADI Nº 5.240 – AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

**MÁRIO AUGUSTO FIGUEIREDO DE LACERDA GUERREIRO**.....161

## CAPÍTULO 11

EXTRADIÇÃO Nº 1.405 – GOVERNO DA ITÁLIA X PASQUALE SCOTTI

**MÁRIO AUGUSTO FIGUEIREDO DE LACERDA GUERREIRO**.....173

## CAPÍTULO 12

AÇÕES CIVIS ORIGINÁRIAS – ACOS Nº 2.550 E 2.536 – CONCILIAÇÃO COMO FORMA DE SOLUÇÃO ALTERNATIVA DO CONFLITO REFERENTE AO SISTEMA HÍDRICO DO RIO PARAÍBA DO SUL NO ÂMBITO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**MATEUS DA JORNADA FORTES**.....179

12.1 Ação Civil Originária nº 2.536 .....182

12.2 Ação Civil Originária nº 2.550. Ação Cível Originária. Redução da vazão mínima afluente à barragem de Santa Cecília, no Rio Paraíba do Sul.

Resolução nº 1.309/2014. Designação de audiência de conciliação.....184

## CAPÍTULO 13

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5.316/DF – ALTERAÇÃO DA IDADE PARA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

**MATEUS DA JORNADA FORTES**.....189

13.1 A Emenda Constitucional nº 88/2015 e as alterações promovidas na ordem jurídica nacional.....192

13.2 Preenchimento dos requisitos legais de admissibilidade.....195

13.3 Mérito .....197

13.3.1	Primeira questão: a expressão “nas condições do art. 52 da Constituição Federal” do art. 100 do ADCT.....	197
13.3.1.1	Uma breve reflexão sobre os limites do controle judicial de emendas constitucionais.....	197
13.3.1.2	O caso em questão: evidente ofensa ao núcleo essencial da separação dos poderes (CRFB, art. 60, §4º, III).....	198
13.3.2	Segunda questão: o sentido da expressão “lei complementar” na nova redação do art. 40, §1º, II, da CRFB e o alcance da regra transitória do art. 100 do ADCT 200.....	204
13.4	Conclusão e dispositivo.....	204

#### CAPÍTULO 14

##### ADIS Nº 4.628 E 4.713 – ICMS E GUERRA FISCAL: ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DO PROTOCOLO ICMS Nº 21/11 E DA ATUAÇÃO DO STF

<b>RAQUEL DE ANDRADE VIEIRA ALVES, MARCUS LÍVIO GOMES.....</b>	<b>207</b>	
14.1	Introdução.....	207
14.2	A controvérsia submetida à análise do STF.....	208

#### CAPÍTULO 15

##### RE Nº 870.947 - VALIDADE CONSTITUCIONAL DOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS APLICÁVEIS ÀS CONDENAÇÕES JUDICIAIS IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA, CONFORME FIXADOS PELO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/1997, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/2009

<b>RODRIGO NAUMANN.....</b>	<b>221</b>	
15.1	Comentários.....	221
15.2	Trechos selecionados do voto.....	222
15.3	Primeira questão: regime de juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública.....	222
15.4	Segunda questão: regime de atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública.....	224
15.4.1	Inadequação lógico-conceitual.....	229
15.4.2	Inadequação técnico-metodológica.....	230
15.4.3	Inadequação histórico-jurisprudencial.....	231
15.4.4	Inadequação pragmático-consequencialista.....	232
15.5	Considerações finais.....	234
15.6	Dispositivo.....	235

#### CAPÍTULO 16

##### ADIS Nº 5.062 E Nº 5.065 - VALIDADE CONSTITUCIONAL DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 12.853/2013 SOBRE O MARCO REGULATÓRIO DA GESTÃO COLETIVA DE DIREITOS AUTORAIS (LEI Nº 9.610/1998)

<b>RODRIGO NAUMANN.....</b>	<b>237</b>	
16.1	Comentários.....	237
16.2	Trechos selecionados do voto.....	239
16.2.1	Preliminar: admissibilidade das ações diretas.....	239
16.2.2	Mérito.....	239
16.2.2.1	Inconstitucionalidade formal.....	239
16.2.2.2	Inconstitucionalidade material: premissas teóricas.....	239
16.2.2.2.1	Direitos autorais e gestão coletiva: a racionalidade econômica.....	239
16.2.2.2.2	Direitos autorais e gestão coletiva: a disciplina jurídica brasileira.....	241
16.2.2.2.3	Poder de mercado e ausência de regulação: as distorções na gestão coletiva diagnosticadas por CPIs e pelo CADE.....	243
16.2.2.2.4	A Lei nº 12.853/2013 e a tentativa de equacionar os problemas.....	245
16.2.2.2.5	O papel do Poder Judiciário na revisão de marcos regulatórios setoriais: parâmetros de atuação.....	246
16.3	Conclusão e dispositivo.....	252

CAPÍTULO 17

RE Nº 898.450 – PROIBIÇÃO DE TATUAGEM A CANDIDATO DE CONCURSO PÚBLICO É INCONSTITUCIONAL, SALVO SE O CONTEÚDO VIOLAR VALORES CONSTITUCIONAIS

<b>THIAGO LÔBO FLEURY</b> .....	253
17.1 Contextualização do caso .....	253
17.2 <i>Quaestio iuris</i> debatida e contribuições do Ministro Luiz Fux .....	254

CAPÍTULO 18

RE Nº 837.311 – REPERCUSSÃO GERAL – DIREITO À NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS NAS HIPÓTESES EXCEPCIONAIS DE PRETERIÇÃO ARBITRÁRIA E IMOTIVADA. UM AVANÇO NECESSÁRIO

<b>VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO</b> .....	271
Principais trechos do voto proferido pelo relator do RE 837.311 Min. Luiz Fux .....	275
Preliminar .....	280
Admissibilidade do recurso extraordinário .....	280
Mérito .....	280

CAPÍTULO 19

MS Nº 33.340 – SIGILO BANCÁRIO E EMPRESARIAL E SUA Oponibilidade ao Tribunal de Contas: A Alma do Negócio e a Prerrogativa de Controle

<b>VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO</b> .....	293
Da missão constitucional da corte de contas .....	301
Da tutela ao sigilo empresarial .....	302
Do legítimo alcance da restrição ao sigilo.....	307
Da natureza jurídica dos recursos do BNDES.....	310
Da jurisprudência do STF sobre o tema .....	311
Dispositivo.....	313

<b>SOBRE OS COMENTARISTAS</b> .....	315
-------------------------------------	-----